
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1

Aos dez dias de março de dois mil e quinze, na Sala Um da Casa da Educação Visconde de Mauá foi convocada pelo vice-presidente, Ms. Professor Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, para às 15h, a reunião ordinária do mês.

Às 15h17min foi feita a segunda convocação, sendo atingido o quórum de quatorze conselheiros.

Assim, o vice-presidente cumprimentou a todos e pediu a secretária executiva que fizesse a **Chamada dos presentes e verificação do quórum**, estando presentes os conselheiros Renato Freixiela de Oliveira, Leonardo França Souza, Mônica Vieira Freitas, Sandra Cristina Motta Bortolotti, Wanda Lúcia Borsato da Silva, Deise de Cássia S. de A. Pinto, Rosimar Silveira Pinto, Francisco Afonso Eccard, Ricardo Bragança Pinheiro Tammela, Naara P. da S. Castro, Glauciane Helene Botelho, Anderson Luís Juliano, Isabel Cristina D. P. Maia e Noelma Simões da Costa.

Justificaram a ausência os conselheiros, Fernanda Cristina Ferreira Vieira, Maria de Fátima F. B. de Mendonça, Renata Martins Varricchio, Angela Maria A. de Alcântara Leonardo Paiva Campos.

Foi dispensada a leitura da **ata do mês de dezembro**, restando aprovada por unanimidade.

No item c. do Edital de convocação, foram feitos os **Comunicados**: Audiência Pública da Educação na Câmara de Vereadores e o apoio à Campanha de doação de medula óssea no Hemorio.

O conselheiro Renato Freixiela pediu maiores informações ao conselheiro Anderson Juliano sobre a Audiência Pública e lembrou que o Poder Legislativo teria sido omissivo durante muito tempo no Conselho, e até onde lembra, nunca foi pedido ao COMED esclarecimentos.

Chegaram as conselheiras Jorgina de Souza Francisco e Regina Coeli P. M. de Souza.

Evocando uma questão de ordem, o conselheiro Ricardo solicitou a definição real da pauta da reunião e entendendo que a maior urgência seria discutir assuntos sobre a Conferência, pediu que o primeiro assunto em discussão fosse a Conferência.

O vice-presidente explicou que após divulgação do edital de convocação, foi solicitado pelo Secretário de Fazenda, senhor Paulo Roberto Patuléa, alguns minutos para divulgar aos



conselheiros dados sobre o município, o que foi permitido por ser do interesse do Conselho, já que os assuntos tratados poderão fazer parte da Audiência Pública.

A conselheira Mônica afirmou que seriam apenas dez minutos de apresentação.

Anderson pediu apenas para esclarecer que assumiu recentemente a Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, juntamente com os também vereadores Luís e Gilda e que então teria sido designado pelo presidente da Casa, como conselheiro titular. Assim, não poderia se comprometer com a atuação pretérita do Legislativo no COMED. 2

Reforçou ainda que a Câmara vem acompanhando as ações da Educação e que a todos afligiu a situação do CEPEC em janeiro, não podendo se omitir sobre a questão. Além disso, houve outras denúncias em relação aos convênios educacionais feitas também pelos sindicatos SINPRO e SEPE.

Lembrou que visitou com a Secretária Mônica, a COMAC e percebeu que a Secretaria vem cumprindo com suas funções, mesmo quando a gestão do espaço não é coerente com as ações necessárias.

Explicou que os assuntos a serem debatidos na Audiência serão os Convênios, Gestão das Unidades Escolares e PCCS, isto é, a real condição de sustentabilidade do governo, com gastos em pagamentos próximos ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Finalizou que previamente comunicou à Secretária os assuntos da Audiência Pública, colocando inclusive a pauta de discussões no convite porque considera importante ouvir a representante do governo na Educação, tanto nos discursos políticos, quanto na prática. Divulgou antecipadamente, que haverá outras Audiências Públicas sobre a Educação durante este ano e que a pauta estará em aberto e que qualquer pessoa pode indicar temas.

A conselheira Regina questionou a pertinência de uma Audiência, se no próprio Conselho vem sentindo falta de discussões mais profundas e mais tempo para o debate de assuntos de maior complexidade da Educação.

Renato Freixiela colocou que não contesta a legalidade dessa Audiência Pública, mas enfatizou que sempre foi sentida a ausência do representante da Câmara no Conselho. Confessou que acredita que antes da chamada pública para uma audiência, os assuntos deveriam ser tratados no COMED.

A conselheira Mônica afirmou que de fato recebeu a Comissão da Educação na Câmara de Vereadores e propôs lhes apresentar até em uma Audiência Pública, os avanços da Educação do município no tocante às políticas públicas. Assim como outros assuntos de cunho mais administrativo como indicadores de qualidade, estrutura, alunos atendidos, orientação pedagógica das Unidades Escolares, gestores de Escolas e Centros de Educação Infantil, e como a temática envolveria o planejamento e a gestão do funcionalismo público municipal, se sustentaria a necessidade da presença do Secretário de Fazenda, a qual será suprimida em seguida.

Naara questionou se a discussão será pautada na perspectiva das dezoito metas do novo Plano Nacional de Educação, das diretrizes curriculares e na base comum. Reforçou que enquanto professora, considera as questões relativas à valorização profissional e à formação continuada pouco discutidas, gerando um mal-estar docente cada vez maior, mesmo com todos os avanços dos últimos anos.

Jelcy sugeriu que a conselheira Naara representasse o COMED nesta Audiência na Câmara de Vereadores.

3

Ricardo lembrou que desde que esse Conselho assumiu o mandato, muitas foram as discussões inócuas e pouco relevantes para a melhoria da Educação Municipal, e que o papel que lhe cabia efetivamente, o de fiscalização, pouco aconteceu, principalmente em relação aos convênios, onde as informações quando prestadas pela Secretaria, eram rasas e superficiais e de forma sempre nebulosa. Parabenzou a iniciativa do vereador Anderson e da própria Câmara. Desejou que o próximo Conselho se debruçasse em questões positivas e de atribuição essencial do Conselho. Lamentou que os dois últimos anos tenham sido de discussões polarizadas, imaturas e sem preparo, porque os assuntos frequentemente eram impostos durante a reunião.

Mônica informou que os convênios foram apresentados sim, através de respostas em ofícios e que diante de qualquer dúvida, a Equipe Jurídica da Secretaria de Educação estaria à disposição.

Rosimar e Ricardo contestaram as afirmações da Secretária.

Assim, o senhor Secretário de Fazenda, Paulo Roberto Patuléa, cumprimentou a todos e disse ter trazido sua ansiedade e preocupação para dividir com o Conselho, até mesmo porque mais tarde, a ética e a credibilidade do governo não poderiam ser afetadas por quaisquer medidas de controle, uma vez que aposta que é pela Educação que nasce o diálogo.

Por força do pacto federativo, a crise que assola o Brasil neste momento, gera inúmeros transtornos para os municípios. A crise da Petrobrás está instalada no país inteiro, dimensionando o desaquecimento da economia, o desemprego, o ajuste fiscal teve grande impacto na economia local e é o que agora trouxe para apresentar em **Power Point**, inclusive em relação ao estado do Rio de Janeiro, que será gravemente afetado em suas arrecadações, o que resultará em vários cortes nos orçamentos municipais, desencadeando crise política e econômica.

Inicialmente explicou que faltará dinheiro e a tendência para compensar a diminuição de verbas será aumentar o passivo, com o aumento da carga tributária, onde se mexerá essencialmente como os empregos. Desta forma, pediu a ajuda da Educação, que seria uma excelente formadora de opinião, para se corresponsabilizar e compreender que o prefeito a todo custo tentará proteger a folha de pagamento, porém é incontestável o corte de gastos e despesas nos cofres públicos de todo o país. Neste momento, o governador do nosso estado, já admitiu 35% de cortes e quis com essa explanação colaborar com os conselheiros na apropriação dessa problemática.



Rosimar disse que a crise poderá ficar pior em Petrópolis, uma vez que enquanto conselheira do CMCAS-Fundeb, vem recebendo diariamente e-mails do FNDE fazendo cobranças em relação às prestações de contas de 2012 e 2013 feitas pelo município.

O Secretário Paulo Roberto Patuléa se comprometeu a não medir esforços para não deixar a crise afetar enormemente a população, mas se disse incumbido de esclarecer a todos que o momento que vem se instalando não é dos melhores.

4

Jelcy agradeceu a presença e os esclarecimentos.

O conselheiro Anderson afirmou que todos já sabiam que seria um ano difícil, onde a dívida ativa arrecadou muito eficientemente no atual governo e a solução que a Secretaria de Fazenda vem se propondo é a da mesma seara.

Paulo Patuléa colocou que o ajuste fiscal sem aumento de carga tributária é a saída, desde que se amplie a base de contribuintes e que também a dívida ativa, seja perseguida, uma vez que entes se esquivam, postergam o pagamento de impostos e assim, buscará a justiça fiscal, com vistas a alcançar a todos que tenham capacidade contributiva. Enxugar a dívida ativa é um bom meio de enfrentar a crise.

Agradeceu a atenção de todos e se retirou juntamente com o Contador Geral do município, senhor Juarez Borges.

O conselheiro Anderson pediu licença para também se ausentar e se desculpou justificando que neste momento estaria acontecendo importante votação no plenário da Câmara, mas que levaria à Comissão, as sugestões apontadas.

Jelcy acatou os apelos do conselheiro Ricardo e pediu que a Comissão Organizadora da Conferência, explanasse os trabalhos já realizados.

Assim, Ricardo explicou que na reunião do dia dezessete de março, a Comissão (Ricardo, Francisco, Sandra, Débora, Rosimar, Regina e Jelcy) resolveu que o tema central de discussão seria o Plano Municipal de Educação frente às modificações oriundas do novo Plano Nacional de Educação, concentrando-se no diagnóstico do que foi alcançado pelo município e quais as alterações e estratégias para o alcance das novas metas, além da eleição dos novos membros para o próximo biênio.

O conselheiro também reforçou que serão buscadas novas estratégias de divulgação e logística e que a Comissão indicou conselheiros do próprio COMED para exporem e coordenarem os debates em torno dos eixos que seriam: 1º Educação Especial – Wanda Borsato; 2º Educação Integral – Naara; 3º Qualidade da Educação e indicadores – Regina Máximo; 4º Planos de carreira e Formação dos Profissionais da Educação – Rosimar; 5º Gestão Educacional e investimentos – Jelcy.



Discutiu-se a possibilidade de incorporar o Conselho do Fundeb como Câmara no COMED, a fim de fazê-lo funcionar efetivamente.

Mesmo tomando por base que os Planos Municipais de Educação têm como atribuição discutir políticas públicas de Educação de forma ampla, ponderou-se concentrar as ações efetivas em torno da esfera de atuação exclusiva dos municípios, isto é, Educação Infantil e Ensino Fundamental, mesmo considerando que estas etapas influenciam e são influenciadas pelas outras etapas da Educação, como o Ensino Superior e pelas modalidades da Educação de Jovens e Adultos, Educação tecnológica e formação profissional e Educação Especial.

5

Também foi discutida a possibilidade de estender o cronograma para três dias:

5ª feira – 14/05 às 18h na UCP – Abertura (Parte Social), Objetivos da Conferência, apresentação sucinta dos temas e credenciamento nos grupos (metas) de interesse;

6ª feira – 15/05 às 18h para debates dos temas/metras no C.E. Dom Pedro II, Liceu Municipal Cordolino Ambrósio (Campus I), Centro de Cultura e CIEP Brizolão 137 Cecília Meireles;

Sábado – 16/05 às 8h na UCP para devolutivas dos grupos e aprovação de sugestões, às 13h – Eleição dos membros candidatos à composição do COMED, discussão do regimento.

Reforçou-se a necessidade de reserva em todos os espaços de data show, computador e microfone. Recrutamento de pessoas para ajudarem na organização.

A conselheira Regina perguntou quando os mandatos estariam vencidos e reforçou que um bom planejamento influencia muito o bom resultado e sugeriu que a Comissão elabore procedimentos comuns para serem trabalhados por todos os dinamizadores, sintonizando-os com as pessoas e os assuntos do PNE, de forma a colaborar com a compreensão dos assuntos até por pessoas leigas.

Jelcy explicou que a Comissão considerou separar a questão da aprovação do Regimento da Conferência, do momento de discussões, para melhor utilizar o tempo e evitar possíveis controvérsias que desvirtuam a centralidade do evento.

Ricardo completou que esta fase será suprida nas Pré-Conferências.

Jelcy explicou que restará tempo para a verificação dos aspectos legais e da validade jurídica, mas clarificar os requisitos e afinar as representações será muito importante, inclusive porque quanto melhor for o acerto, melhor e mais participativo será o próximo Conselho, evitando futuras impugnações.

Ricardo lembrou que a proposta para esta Conferência deve ser mais amadurecida e viável, centrada no melhor para a Educação.

Rosimar declarou que a última Pré Conferência e a substituição de responsáveis por alunos, foram bons exemplos. Foram momentos significativos e enalteceu que a Secretaria de Educação deve previamente fazer a liberação dos profissionais para participarem do evento.



Ricardo pediu que todos estejam atentos aos debates para evitarmos o empobrecimento das discussões, assim como a polarização das discussões.

O conselheiro deu continuidade à leitura do Regimento da III Conferência para estabelecer um paralelo.

A conselheira Sandra perguntou se o Regimento do Conselho, que será revisado, será aprovado pelo COMED ou pela Conferência.

6

Jelcy colocou em votação a proposta da Comissão, que foi aprovada por unanimidade.

Débora esclareceu que o mandato vence no dia 22 de junho e Jelcy completou que a data não foi alterada para não reduzir o mandato, havendo entre os dias da Conferência e a investidura do mandato, um pequeno lapso temporal.

Desta forma, buscando melhor discutir o tema Conferência, foi de imediato marcada a reunião extraordinária para o dia 24 de março às quatorze horas na Casa Visconde de Mauá.

Dando continuidade à reunião e iniciando a pauta previamente elaborada, no item **2. ORDEM DO DIA, a) Apresentação dos relatórios de visita aos Centros de Educação Infantil Castelo São Manoel, Terra Santa, Criança Moinho Preto e São Francisco de Assis pela Comissão composta pelos conselheiros Rosimar, Angela, Márcia Lopes, Deise, Sandra e Regina para encaminhamento à Secretaria de Educação.** A conselheira Deise solicitou um maior tempo para a entrega desses relatórios, onde a conselheira Sandra entregou o relatório de visita do CEI Terra Santa.

A conselheira Regina sugeriu que o Conselho elabore um rol de encaminhamentos que oriente as visitas de fiscalização para qualificar não somente as visitas, como o olhar do conselheiro. O denunciante deve formalmente tornar claros os pontos que geraram os pedidos de verificação.

O vice-presidente concordou e achou interessante a criação de um método bem fundamentado.

Regina ainda completou que as tarefas atribuídas às Câmaras e Comissões não podem ficar como tem observado; devem respeitar os prazos e formatação estabelecidos para dar efetividade ao trabalho confiado ao Conselho sob a responsabilidade de seus conselheiros.

Rosimar colocou que amarrar tanto as denúncias e criar protocolos, engessa e altera a característica essencial do COMED.

A conselheira Regina declarou que não entende ser necessário surpreender as instituições, porque a educação é uma construção que envolve métodos de trabalho.



Voltando-se à alínea **b) Leitura e aprovação do parecer elaborado pela Câmara de Políticas Sociais sobre o Ofício dirigido ao COMED pela E. M. Leonardo Boff**, o qual não foi apresentado, por isso, sua apresentação se dará na próxima reunião ordinária.

Em relação ao item **c) Explicações da conselheira Jorgina sobre a natureza do pagamento das pessoas contratadas pelo Poder Executivo para suprirem o trabalho dos funcionários em greve**; pelo adiantado da hora, também este assunto ficou para ser debatido na próxima reunião.

7

Rosimar pediu a inversão da pauta e perguntou sobre o ponto **e) Análise do gasto público em prestações de serviços educacionais por entidades conveniadas e os critérios para o estabelecimento desses convênios - eventual preparo de Recomendação à Secretaria de Educação**; os documentos relativos aos Convênios e se houve a pesquisa prometida pela Mesa Diretora; reforçou que desde que integrou o COMED, nunca foi trazido ao Conselho nenhum convênio para ser apreciado antes de firmado, contrariando o Regimento, o Decreto de Criação do Conselho e as publicações recentes no Diário Oficial, que inclusive, fazem menção à aprovação do COMED.

A Secretária Mônica afirmou que os documentos em sua posse, atendem ao solicitado e entregou ao vice-presidente. Concluiu que qualquer conselheiro será bem atendido na ATLE para esclarecimentos sobre quaisquer convênios.

Rosimar perguntou sobre os contratos da Escola Municipal Monsenhor João de Deus e as pendências relativas aos contratos e afirmou que há meses atrás a Secretária entregou um Ofício à Mesa Diretora, se comprometendo a enviar por e-mail aos conselheiros, fato este que não aconteceu.

A conselheira Naara perguntou se o Conselho e se os conselheiros tomaram conhecimento do incêndio no Centro de Educação Infantil Municipal, pois soube que o acontecimento foi resultado de atos de vandalismo e descontentamento da comunidade.

Os conselheiros Ricardo, Rosimar e Glauciane se retiraram.

Mônica informou que a perícia policial determinou que o incêndio se deu por um curto-circuito.

Naara pediu licença e se retirou.

Dando continuidade às discussões foi lido o item **d) Discussão dos termos de preparo da Recomendação do Conselho Pleno sobre as atividades nos Centros de Educação Infantil em janeiro, após explanação da experiência da Secretaria de Educação com a Colônia de Férias**; foi considerado pelos presentes que esta discussão se tornaria mais efetiva mais próxima do final do ano, para ter sua eficácia garantida em 2016, porque a Câmara de Políticas Públicas não teria se reunido para preparar os requisitos, ficando desde já incumbida de debater e apresentar ao pleno.



Mônica concordou que é preciso diminuir a pauta, reduzir a política envolvida em todas as discussões e lamentou que em seu final de carreira, tanto ela quanto o vice-presidente, estejam passando por este momento tão vexatório no COMED.

A conselheira Regina pensou que se o momento é de rediscutir o Regimento, por que não incluir a proibição de tratamento de assuntos eminentemente políticos.

A conselheira Isabel discordou porque entendeu que ensinar é ato político, portanto é ilusório descartar as informações de cunho político, inclusive porque este é um Conselho, e como tal, deve se pautar pelo controle social, pelo contexto que influencia a todos e é totalmente pertinente, embora seja preciso objetivar mais os conhecimentos e práticas do próprio COMED para gerar mudanças significativas, a começar pela conduta dos conselheiros.

8

A conselheira Mônica elucidou que hoje em dia, os professores do município de Petrópolis recebem 70% acima do piso nacional e muitas vezes, abre mão de instituições privadas para trabalhar na rede municipal.

Isabel perguntou se no decorrer da carreira, estes profissionais são avaliados.

Jelcy colocou que conduta partidária é diferente de despolitizar. Não interessa ao Conselho apequenar os assuntos ou tornar-se parcial a este ou aquele, mas encontrar soluções apesar de tantas opiniões divergentes.

Isabel sugeriu a inclusão para a próxima pauta de um debate sobre a valorização do profissional da Educação pelo município.

Jelcy explicou que Aaron estará presente na próxima reunião e apresentará considerações sobre as alíneas **f) Discussão de propostas de produção de um sistema de avaliação próprio do município, com indicadores calcados no diagnóstico de metas e dificuldades locais, consolidando o estabelecimento de políticas públicas educacionais junto à Secretaria de Educação baseado no documento apresentado pela Secretaria de Educação e g) Estabelecimento de Metas de revisão do Plano Municipal de Educação e a proposta futura de materializá-lo em Lei.**

A conselheira Mônica declarou que gostaria da presença de ao menos dois conselheiros indicados pelo Conselho Pleno para fazerem parte do grupo de discussões e estudos a cerca do “Programa Municipal Minha Primeira Escola” e brevemente explicou a atuação do Programa.

Após votação unânime, foram escolhidas pelos presentes, as conselheiras Noelma e Isabel, às quais serão por ofício apresentadas formalmente à Secretaria de Educação.

Para findar a reunião, o vice-presidente comunicou a todos que recebeu um ofício da Casa dos Conselhos, o qual, leu rapidamente, informando que por questões legais em discussão em processo judicial, a desembargadora responsável pela ação, teria desabilitado o SEPE da representação da categoria de profissionais da Educação em Petrópolis, inclusive por ausência de registro no Ministério do Trabalho. Assim, para não incorrer em debate estéril, arguirá dos

Órgãos competentes, maiores informações sobre o assunto, assim como da própria interessada, professora Rosimar.

A conselheira Mônica registrou que esta situação a preocupa muito, pois repercutiu inclusive no Conselho de Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica, o CMCAS-Fundeb, que há meses não se reúne e teme que o município padeça pela irresponsabilidade dos conselheiros.

9

Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 17h40min e eu, Débora Battisti de Abreu, Inspetora Escolar do município e Secretária Executiva do Conselho, registrei e assino a presente.

Petrópolis, 10 de março de 2014.

Secretária Executiva do COMED

Deise de Cássia S. de A. Pinto
Secretária Geral

Jelcy Rodrigues C. Júnior
Vice-Presidente

Maria Celi C. Vasconcelos
Presidente

